

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL EF 2298A-16
SUBASTA A LA BAJA ELECTRÓNICA BINACIONAL EF 2298A-16

SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICO-ATUARIAIS PARA A RESTRUTURAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS DOS EMPREGADOS DA ITAIPU BINACIONAL, ADMINISTRADOS PELA “FUNDAÇÃO ITAIPU BRASIL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (FIBRA)” E “CAJA PARAGUAYA DE JUBILACIONES Y PENSIONES DEL PERSONAL DE LA ITAIPU BINACIONAL (CAJUBI)”.

SERVICIOS DE CONSULTORÍA TÉCNICA ACTUARIAL PARA LA REESTRUCTURACIÓN DE LOS PLANES DE PENSIONES DE LOS EMPLEADOS DE LA ITAIPU BINACIONAL, ADMINISTRADOS POR LA “FUNDAÇÃO ITAIPU BRASIL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (FIBRA)” Y POR LA “CAJA PARAGUAYA DE JUBILACIONES Y PENSIONES DEL PERSONAL DE LA ITAIPU BINACIONAL (CAJUBI)”

ADITAMENTO 1

ADITIVO 1

I) Em conformidade com o disposto no item 3 do Calendário de Eventos do Caderno de Bases e Condições do Pregão Presencial Binacional EF 2298A-16, a ITAIPU responde a perguntas realizadas por interessada nesta licitação:

I) De conformidad a lo dispuesto en el ítem 3 del Calendario de Eventos del Pliego de Bases y Condiciones de la Subasta a la Baja Presencial Binacional EF 2298A-16, la ITAIPU responde preguntas realizadas por interesadas en esta licitación:

PERGUNTA 1

Caderno de Bases e Condições: Cláusula 2.3.2 - Referida cláusula dispõe a respeito das condições de participação na licitação, que pode se dar de forma isolada ou na modalidade de consórcio. No que concerne a esta última hipótese, gostaríamos de esclarecer se faz-se necessária a constituição de consórcio entre empresas do mesmo grupo econômico, ou se a participação de empresas do mesmo grupo econômico na prestação dos serviços é considerada apenas como subcontratação.

PREGUNTA 1

Pliego de Bases y Condiciones: Cláusula 2.3.2 - La cláusula referida establece las condiciones de participación en la licitación, que se puede dar de forma individual o en la modalidad de consorcio. En lo que respecta a esta última hipótesis, nos gustaría aclarar si es necesaria la constitución de consorcio entre empresas del mismo grupo económico, o si la participación de empresas del mismo grupo económico en la prestación de los servicios es considerada apenas como subcontratación.

RESPOSTA

Empresas do mesmo grupo econômico continuam sendo pessoas jurídicas distintas. Desse modo, caso a empresa interessada dependa de uma outra empresa para executar parcela não acessória do objeto licitado, recomenda-se que constitua consórcio para participar do certame, conforme autorizado no subitem 2.3.2 do CBC. Vide item II deste aditamento.

RESPUESTA

Empresas del mismo grupo económico continúan siendo personas jurídicas distintas. De ese modo, en caso que la empresa interesada depende de otra empresa para ejecutar parte no accesoria del objeto licitado, se recomienda que constituya consorcio para participar del certamen, conforme se autoriza en el sub-ítem 2.3.2 del PBC. Favor remitirse al ítem II de este aditivo.

PERGUNTA 2

Anexo I - Documentos de Habilitação: Cláusula 1.1.2, item d.1 - Referido item dispõe sobre a apresentação, por pelo menos 3 (três) profissionais de nível sênior, dos atestados de responsabilidade

PREGUNTA 2

Anexo I - Documentos de Habilitación: Cláusula 1.1.2, ítem d.1 - El ítem referido dispone sobre la presentación, por lo menos de 3 (tres) profesionales de nivel senior, de los certificados de

técnica pela execução em planos de previdência de Entidade Fechada de Previdência Complementar dos serviços descritos nos nºs “i” a “iii”. Gostaríamos de esclarecer se todos os 3 (três) profissionais devem apresentar atestados que demonstrem o desempenho das três atividades descritas nos nºs “i” a “iii” ou se a demonstração do desempenho de uma das atividades, exclusivamente, é suficiente.

RESPOSTA

Os requisitos dos itens “i” a “iii” do marcador “d1” do subitem 1.1.2 do Anexo I do CBC devem ser cumpridos integralmente pelas licitantes sob ônus de inabilitação. Em caso de participação de forma isolada, deve a consulente comprovar possuir em seu quadro próprio a existência de pelo menos três profissionais que atendam conjuntamente os requisitos dos itens “i” a “iii” do marcador “d1” do subitem 1.1.2 do Anexo I do CBC.

Desse modo, os atestados devem comprovar de forma global a experiência para os 3 (três) serviços descritos em i, ii e iii. Por exemplo: situação 1: dos 3 (três) seniores, um único profissional apresenta os 3(três) atestados; ou, situação 2: dos 3 (três) seniores, um deles apresenta atestado sobre 2 (dois) itens e o segundo apresenta atestado do outro item faltante, ou ainda, situação 3: dos 3 (três) seniores, cada um deles apresenta um de cada um dos 3 (três) itens solicitados, de forma que, globalmente, os 3 (três) itens foram atendidos.

PERGUNTA 3

Anexo I - Documentos de Habilitação: Em relação aos atestados de responsabilidade técnica mencionados, há modelo previamente estabelecido pela Itaipu?

RESPOSTA

Não existe modelo ou forma preestabelecida pela ITAIPU para os atestados exigidos no Anexo I (Documentação para a Habilitação).

PERGUNTA 4

Anexo IV - Minuta Contratual: Primeiramente, gostaríamos de esclarecer se haverá possibilidade de discussão de cláusulas da Minuta do Contrato com a empresa ou o consórcio que forem declarados vencedores.

RESPOSTA

Não. O vencedor da licitação deverá assinar o contrato nos exatos termos previstos na Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

responsabilidad técnica por la ejecución en planos de previsión social de Entidad Cerrada de Previsión Social Complementaria de los servicios descritos en los números “i” a “iii”. Nos gustaría aclarar si todos los 3 (tres) profesionales deben presentar certificados que demuestren el desempeño de las tres actividades descritas en los números “i” a “iii” o si la demostración de desempeño de una de las actividades, exclusivamente, es suficiente.

RESPUESTA

Los requisitos de los ítems “i” a “iii” de la letra “d1” del sub-ítem 1.1.2 del Anexo I del PBC deben ser cumplidos integralmente por las licitantes bajo pena de inhabilitación. En caso de participación de forma individual, debe la licitante comprobar que posee en su cuadro propio por lo menos 3 (tres) profesionales que atiendan conjuntamente los requisitos de los ítems “i” a “iii” de la letra “d1” del sub-ítem 1.1.2 del Anexo I del PBC.

De ese modo, las constancias deben comprobar de forma global la experiencia en los 3 (tres) servicios descritos en i, ii y iii. Por ejemplo: situación 1: de los 3 (tres) séniores, un único profesional presenta las 3 (tres) constancias; o, situación 2: de los 3 (tres) séniores, uno de ellos presenta constancia sobre 2 (dos) ítems y el segundo presenta constancia del otro ítem faltante, o también, situación 3: de los 3 (tres) séniores, cada uno de ellos presenta uno de cada uno de los 3 (tres) ítems solicitados, de modo que en forma global estén atendidos los 3 (tres) ítems.

PERGUNTA 3

Anexo I - Documentación de Habilitación: Con relación a las constancias de responsabilidad técnica mencionadas, existe un modelo previamente establecido por la ITAIPU?

RESPUESTA

No existe un modelo o forma preestablecida por la ITAIPU para las constancias exigidas en el Anexo I (Documentación para la Habilitación).

PERGUNTA 4

Anexo IV - Minuta Contractual: Primeramente, nos gustaría aclarar si habrá posibilidad de discusión sobre las cláusulas de la Minuta de Contrato con la empresa o el consorcio que sea declarado vencedor.

RESPUESTA

No. El vencedor de la licitación deberá firmar el contrato en los términos exactos previstos en la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC.

PERGUNTA 5

Anexo IV - Minuta Contratual: Cláusula 11ª, XI - Questionamos se a comprovação do pagamento dos empregados exigida neste item da Minuta de Contrato poderá ser realizada através da apresentação de declaração firmada pelos representantes legais da Contratada atestando a realização dos referidos pagamentos, bem como de certidões de regularidade relacionadas a tais pagamentos.

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Nos termos da regra prevista na Cláusula 11, marcador "XI", da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC, a Área Gestora poderá exigir do Contratado a apresentação de recibos, holerites ou documentos equivalentes que comprovem o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados do(a) Contratado(a) alocados para a execução do contrato.

PERGUNTA 6

Anexo IV - Minuta Contratual: Cláusula 11ª, XIII - Questionamos sobre a possibilidade de excluir a obrigação constante deste item, na medida em que o consideramos não aplicável ao objeto deste contrato, que não possui relação com qualquer aspecto ambiental.

RESPOSTA

Solicitação indeferida. A obrigação prevista na Cláusula 11, marcador "XIII", da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC, não diz respeito apenas ao objeto contratual, tendo como finalidade, também, estimular no(a) Contratado(a) o compromisso com práticas sustentáveis que vão além do objeto pactuado entre as partes.

PERGUNTA 7

Anexo IV - Minuta Contratual: Seria possível incluir no Contrato cláusula em que a Contratante declara ter ciência que (i) os serviços prestados pelo Contratado estão relacionados apenas àqueles descritos na Proposta do Contratado que integra o Contrato, não cabendo ao mesmo qualquer responsabilidade pelas decisões finais da Contratante que de qualquer maneira impactem a administração e gestão da Contratante, e (ii) não cumprimento das obrigações pela Contratante eximirá o Contratado do cumprimento de suas próprias obrigações e, ainda, do cumprimento dos prazos contratualmente previstos?

PREGUNTA 5

Anexo IV - Minuta Contractual: Cláusula 11ª, XI - Consultamos si la comprobación de pago de los empleados exigida en este ítem de la Minuta de Contrato podrá ser realizada a través de presentación de declaración firmada por los representantes legales del Contratista constatando la realización de los pagos referidos, así como de certificados de regularidad relacionados a tales pagos.

RESPUESTA

Interpretación incorrecta. En virtud de la regla prevista en la Cláusula 11, inciso XI de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC, el Área Gestora podrá exigir del Contratista la presentación de recibos, holerites o documentos equivalentes que comprueben el pago de obligaciones laborales y de previsión social relativas a los empleados del Contratista asignados para la ejecución del contrato.

PREGUNTA 6

Anexo IV - Minuta Contractual: Cláusula 11ª, XIII - Consultamos sobre la posibilidad de excluir la obligación constante en ese ítem, siendo que consideramos no ser aplicable al objeto de este contrato, pues no tiene relación con ningún aspecto ambiental.

RESPUESTA

Solicitud denegada. La obligación prevista en la Cláusula 11, inciso XIII de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC, no se refiere solo al objeto contractual, teniendo como finalidad, además, estimular en el Contratista el compromiso con prácticas sustentables que van más allá del objeto pactado entre las partes.

PREGUNTA 7

Anexo IV - Minuta Contractual: Sería posible incluir en el Contrato una cláusula donde el Contratista declare tener conocimiento de que (i) los servicios prestados por el Contratista son aquellos descritos en la Oferta del Contratista que integra el Contrato, no cabiendo al mismo cualquier responsabilidad por las decisiones finales de la Contratante que de cualquier manera impacten la administración y gestión de la Contratante, e (ii) el incumplimiento de las obligaciones por la Contratante eximirá al Contratista del cumplimiento de las propias obligaciones y, también, del cumplimiento de los plazos contractuales previstos?

RESPOSTA

Os serviços a serem prestados pelo vencedor da licitação estão previstos no CBC e seus anexos, mormente nas Especificações Técnicas, na Planilha de Preços e na Minuta de Contrato, respectivamente, Anexos II, III e IV do CBC. O não cumprimento de obrigações por parte da ITAIPU, a depender do caso, poderá gerar a aplicação das regras previstas na Cláusula 7ª, marcador "II", e na Cláusula 54 da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

PERGUNTA 8

Anexo IV - Minuta Contratual: Cláusula 31 - Questionamos sobre a possibilidade de excluir referida cláusula da Minuta Contratual, visto que a autorização de dedução de "valores em cobrança sem o devido respaldo contratual ou resultantes de penalidades" impacta negativamente o pagamento devido e a contabilidade da empresa. Caso não seja possível, questionamos sobre a possibilidade de incluir que os valores serão deduzidos somente na hipótese de não serem pagos quando cobrados.

RESPOSTA

Solicitação indeferida. Mantém-se a redação original da Cláusula 31 da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

PERGUNTA 9

Anexo IV - Minuta Contratual: Cláusula 35 - Questionamos sobre a possibilidade de excluir esta cláusula da Minuta Contratual, visto que a renúncia a valores deve se dar de maneira expressa.

RESPOSTA

Solicitação indeferida. Mantém-se a redação original da Cláusula 35 da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

PERGUNTA 10

Anexo IV - Minuta Contratual: Cláusula 50, II - Em relação às sanções pelo descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade, questionamos se a multa cominatória prevista no item II da Cláusula 50 poderia ser reduzida para 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação principal, e sua aplicação poderia ocorrer somente se a violação ocorrer durante a vigência do Contrato

RESPOSTA

Solicitação indeferida. Mantém-se a redação

RESPUESTA

Los servicios a ser prestados por el vencedor de la licitación están previstos en el PBC y sus anexos, principalmente en las Especificaciones Técnicas, en la Planilla de Precios y en la Minuta de Contrato, respectivamente Anexo I, III y IV del PBC. El incumplimiento de obligaciones por parte de la ITAIPU, dependiendo del caso, podrá conducir a la aplicación de las reglas previstas en la Cláusula 7ª, inciso II y en la Cláusula 54 de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC.

PREGUNTA 8

Anexo IV - Minuta Contractual: Cláusula 31 - Consultamos sobre la posibilidad de excluir la referida cláusula de la Minuta de Contrato, en vista que la autorización de deducción de "valores en cobranza sin el debido respaldo contractual o resultantes de penalidades" impacta negativamente al pago debido y a la contabilidad de la empresa. En caso de no ser posible, consultamos sobre la posibilidad de incluir que los valores serán deducidos solo en la hipótesis de que no sean pagados cuando son requeridos.

RESPUESTA

Solicitud denegada. Se mantiene la redacción original de la Cláusula 31 de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC.

PREGUNTA 9

Anexo IV - Minuta Contractual: Cláusula 35 - Consultamos sobre la posibilidad de excluir esta cláusula de la Minuta de Contrato, en vista que la renuncia de valores debe ocurrir de manera expresa.

RESPUESTA

Solicitud denegada. Se mantiene la redacción original de la Cláusula 35 de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC.

PREGUNTA 10

Anexo IV - Minuta del Contrato: Cláusula 50, II - Con relación a las sanciones por el incumplimiento de la obligación del sigilo y confidencialidad, consultamos si la multa conminatoria prevista en el ítem II de la Cláusula 50 podría ser reducida a 10% (diez por ciento) sobre el valor de la obligación principal, y si la aplicación podría ocurrir solo en caso de violación durante la vigencia del contrato.

RESPUESTA

Solicitud denegada. Se mantiene la redacción

original da Cláusula 50, marcador "II", da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC. A ITAIPU poderá aplicar as sanções previstas no referido dispositivo contratual enquanto o(a) Contratado(a) estiver vinculado(a) ao dever de confidencialidade, observado o prazo disciplinado na parte final da Cláusula 49 da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

PERGUNTA 11

Anexo IV - Minuta Contratual: Cláusula 53, I - Questionamos sobre a possibilidade de incluir neste item prazo de 30 (trinta) dias para sanar o descumprimento contratual, sendo o contrato passível de rescisão apenas após o decurso deste prazo.

RESPOSTA

Solicitação indeferida. Mantém-se a redação original da Cláusula 53, marcador "I", da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

PERGUNTA 12

Anexo IV - Minuta Contratual: Cláusula 53, VI - Seria possível a exclusão, neste item, da menção à subcontratação como hipótese de rescisão do Contrato.

RESPOSTA

Solicitação indeferida. No entanto, a ITAIPU esclarece que a parte final da hipótese de rescisão unilateral do contrato descrita na Cláusula 53, marcador "VI", da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC ("[...] subcontrate para a execução deste Contrato") só tem lugar quando a subcontratação ocorrer em desacordo com a disciplina prevista na Cláusula 56 da Minuta de Contrato.

PERGUNTA 13

Anexo IV - Minuta Contratual: Gostaríamos de esclarecer se a empresa Contratante considera hipótese de subcontratação a utilização de empresas do mesmo grupo econômico para a prestação de partes do serviço. Nesse sentido, questionamos se é possível incluir autorização de subcontratação, alterando a redação desta cláusula para a seguinte: "A Contratante autoriza expressamente a Contratada a, se necessário, subcontratar terceiros para a realização de parte dos serviços objeto do presente Contrato, não sendo qualquer empresa do mesmo grupo econômico da Contratada, dentro e fora do país, considerada 'terceira', para efeitos do presente Contrato. As subcontratações autorizadas por esta Cláusula não eximem a Contratada da

original de la Cláusula 50, inciso II de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC. La ITAIPU podrá aplicar las sanciones previstas en dicho dispositivo contractual mientras el Contratista esté vinculado al deber de confidencialidad, observando el plazo establecido en la parte final de la Cláusula 49 de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC.

PREGUNTA 11

Anexo IV - Minuta Contractual: Cláusula 53, I - Consultamos sobre la posibilidad de incluir en este ítem un plazo de 30 (treinta) días para sanar el incumplimiento contractual, siendo el contrato pasible de rescisión únicamente después del transcurso de este plazo.

RESPUESTA

Solicitud denegada. Se mantiene la redacción original de la Cláusula 53, inciso I de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC.

PREGUNTA 12

Anexo IV - Minuta Contractual: Cláusula 53, VI - Sería posible la exclusión, en este ítem, de la mención de subcontratación como hipótesis de rescisión del Contrato.

RESPUESTA

Solicitud denegada. Sin embargo, la ITAIPU aclara que la parte final de la hipótesis de rescisión unilateral del contrato descrita en la Cláusula 53, inciso VI de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC ("[...] subcontrate para la ejecución de este Contrato") sólo tiene lugar cuando la subcontratación ocurre en desacuerdo con lo establecido en la Cláusula 56 de la Minuta de Contrato.

PREGUNTA 13

Anexo IV - Minuta Contractual: No gustaría aclarar si la empresa Contratante considera como hipótesis de subcontratación la utilización de empresas del mismo grupo económico para la prestación de partes del servicio. En ese sentido, consultamos si es posible incluir autorización de subcontratación, alterando la redacción de esta cláusula por la siguiente: "La Contratante autoriza expresamente al Contratista, en caso de necesidad, a subcontratar a terceros para la realización de parte de los servicios objeto del presente Contrato, no siendo cualquier empresa del mismo grupo económico del Contratista, dentro y fuera del país, considerada 'tercera', para efectos del presente Contrato. Las subcontrataciones autorizadas por esta Cláusula no eximen al Contratista de la

responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições do presente Contrato. A Contratada responsabiliza-se, neste ato, perante a Contratante, pelos terceiros subcontratados a seu critério para a execução do objeto do presente Contrato, obrigando-se a manter sempre os mesmos níveis de qualidade dos serviços prestados.

RESPOSTA

Solicitação indeferida. Qualquer pessoa jurídica distinta da licitante, independentemente de compor o mesmo grupo econômico, que vá executar parcela acessória do objeto licitado, deve ser caracterizada como subcontratada nos termos da Cláusula 56 da Minuta de Contrato. Vide item II deste aditamento.

PERGUNTA 14

Especificações Técnicas: Item 2 - Etapa dos serviços: Questionamos se existe estimativa de prazo para a expedição da Ordem de Início de Serviço, a qual determinará o começo da contagem dos prazos estabelecidos no referido item.

RESPOSTA

A sessão pública da licitação está prevista para 16/08/2017. O início da execução contratual dar-se-á na data indicada na Ordem de Início de Serviço, cuja emissão ocorrerá após a assinatura do contrato, estimada para ocorrer em 24/08/2017.

PERGUNTA 15

Especificações Técnicas: Item 2 - Etapa dos serviços - Etapa 2: observamos que o prazo definido para a Etapa é de 160 (cento e sessenta) dias corridos, contados a partir da conclusão da Etapa 1. Contudo, verificamos que as etapas 2.2.11 e 2.2.12 dependem da aprovação da PREVIC e do Congresso Paraguai, respectivamente. No caso da Previc, sabe-se que o prazo é dado pela INSTRUÇÃO PREVIC Nº 33/16. Dessa forma, questionamos se o prazo de 160 dias corridos inicia-se após o prazo de análise da PREVIC e do Congresso Paraguai. Da mesma forma, caso haja exigências nos processos submetidos aos órgãos competentes, não previstos no escopo original, como serão tratados os prazos definidos?

RESPOSTA

Nos termos da Cláusula 6ª, "Etapa 2", da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC, e do item 2, "Etapa 2", das Especificações Técnicas, Anexo II do CBC, o prazo de 160 (cento e sessenta) dias corridos fixados para a conclusão da Etapa 2 importa no

responsabilidad total por el cumplimiento de todos los términos y condiciones del presente Contrato. El Contratista se responsabiliza en este acto, ante la Contratante, por sus subcontratados a su criterio para la ejecución del objeto del presente Contrato, obligándose a mantener siempre los mismos niveles de calidad de los servicios prestados.

RESPUESTA

Solicitud denegada. Cualquier persona jurídica distinta a la licitante, independentemente de formar parte del mismo grupo económico, que ejecutará parte accesoria del objeto licitado, debe ser caracterizada como subcontratada en virtud de la Cláusula 56 de la Minuta de Contrato. Favor remitirse al ítem II de este aditivo.

PREGUNTA 14

Especificaciones Técnicas: Ítem 2 - Etapa de los servicios: Consultamos si hay estimativa de plazo para a expedição de la Orden de Inicio de Servicio, la cual determinará el inicio del conteo de los plazos establecidos en el referido ítem.

RESPUESTA

La sesión pública de la licitación está prevista para el 16/08/2017. El inicio de la ejecución contractual se dará en la fecha indicada en la Orden de Inicio de Servicio, cuya emisión ocurrirá posterior a la firma del contrato, estimada para ocurrir en fecha 24/08/2017.

PREGUNTA 15

Especificaciones Técnicas: Etapa de los servicios; Etapa 2: Observamos que el plazo establecido para la etapa es de 160 (ciento sesenta) días corridos, contados a partir de la conclusión de la Etapa 1. No obstante, se verificó que las etapas 2.2.11 y 2.2.12 dependen de la aprobación de la PREVIC y del Congreso Paraguayo respectivamente. En caso de la PREVIC el plazo es fijado por la instrucción PREVIC nº 33/16. De esa forma, consultamos si el plazo de 160 días corridos se inicia después del plazo de análisis de la PREVIC y del Congreso Paraguayo. De la misma forma, caso haya exigencias en los procesos sometidos a los órganos competentes, no previstos en el alcance original, como serán tratados los plazos definidos?

RESPUESTA

En los términos de la Cláusula 6ª, "Etapa 2", de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC, y del ítem 2, "Etapa 2", de las Especificaciones Técnicas, Anexo II del PBC, el plazo de 160 (ciento sesenta) días corridos fijados para la conclusión de la Etapa 2

cumprimento de todas as atividades elencadas nos subitens 2.2.1 a 2.2.12 das Especificações Técnicas dentro deste prazo. Eventuais providências adicionais requeridas pela PREVIC ou pelo Congresso Paraguai, que gerem atraso no processo de aprovação realizado no âmbito destes órgãos, somente gerará a revisão do prazo de execução da etapa se configuradas as hipóteses disciplinadas na Cláusula 7ª da Minuta de Contrato e/ou prescritas no art. 48 da Norma Geral de Licitação (NGL).

PERGUNTA 16

Especificações Técnicas: casos haja exigências nos processos submetidos aos órgãos competentes (PREVIC e do Congresso Paraguai), como se dará a cobrança dos serviços adicionais ao escopo definido junto ao Anexo II do referido Edital.

RESPOSTA

Eventuais providências adicionais requeridas pela PREVIC ou pelo Congresso Paraguai devem ser consideradas pela licitante na formação de seus preços.

PERGUNTA 17

Especificações Técnicas: no item 2.2.8, verificamos que o processo de montagem de dossiê e protocolo junto à PREVIC, deve ocorrer conforme definições previstas na Resolução CGPC nº 08/2004, e suas alterações, e na Instrução PREVIC nº 16/2014, especificamente em seu art. 7º do Anexo II. Contudo, a Instrução PREVIC 16/2014 foi revogada pela INSTRUÇÃO PREVIC/DC Nº 33, DE 1º de novembro de 2016. Questionamos como serão tratados os eventuais serviços que possam surgir em face de alterações nas legislações que regem a matéria.

RESPOSTA

Favor considerar Instrução PREVIC nº 16/2014 ou legislação posterior que a altere ou substitua. A licitante deverá realizar o processo de montagem de dossiê e efetuar o protocolo junto à PREVIC de acordo com a legislação vigente na data do evento, sendo que eventuais exigências adicionais decorrentes de alterações legislativas devem ser consideradas pela licitante na formação de seus preços.

PERGUNTA 18

Especificações Técnicas: Nos itens 2.2.3 e 2.2.4, solicita-se estudos para definição da cota e dos

importa para el cumplimiento de todas las actividades citadas en los sub-ítems 2.2.1 al 2.2.12 de las Especificaciones Técnicas dentro de este plazo. Eventuales providencias adicionales requeridas por la PREVIC o por el Congreso Paraguayo, que generen atraso en el proceso de aprobación realizado en el ámbito de estos órganos, sólo generará la revisión del plazo de ejecución de la etapa si se configuran las hipótesis disciplinadas en la Cláusula 7ª de la Minuta de Contrato y/o prescritas en el art. 48 de la Norma General de Licitación (NGL).

PREGUNTA 16

Especificaciones Técnicas: en caso que haya exigencias en los procesos sometidos a los órganos competentes (PREVIC y del Congreso Paraguayo), como se dará el cobro de los servicios adicionales al alcance definido junto al Anexo II del referido Pliego.

RESPUESTA

Eventuales providencias adicionales requeridas por la PREVIC o por el Congreso Paraguayo deben ser consideradas por la licitante en la formación de sus precios.

PREGUNTA 17

Especificaciones Técnicas: en el ítem 2.2.8, verificamos que el proceso de montaje de dossier y protocolo junto a la PREVIC, debe ocurrir conforme definiciones establecidas en la Resolución CGPC nº 08/2004, y sus alteraciones, y en la Instrucción PREVIC nº 16/2014, específicamente en el art. 7º del Anexo II. No obstante, la Instrucción PREVIC 16/2014 fue revocada por la INSTRUCCIÓN PREVIC/DC Nº 33, del 1 de noviembre de 2016. Consultamos cómo serán tratados los servicios eventuales que puedan surgir en consecuencia de las alteraciones en las legislaciones que rigen la materia.

RESPUESTA

Favor considerar la Instrucción PREVIC nº 16/2014 o la legislación que la altere o sustituya. La licitante deberá realizar el proceso de montaje de dossier y efectuar el protocolo ante la PREVIC de acuerdo con la legislación vigente en la fecha del evento, siendo eventuales exigencias adicionales derivadas de alteraciones legislativas deber ser consideradas por la licitante en la formación de sus precios.

PREGUNTA 18

Especificaciones Técnicas: En los ítems 2.2.3 y 2.2.4, se solicitan estudios para definición de la

perfis de investimentos, pedimos maiores esclarecimentos sobre o que se espera em relação à esta etapa, especificamente no que tange à definição da cota.

RESPOSTA

A Contratada deve apresentar estudos e metodologias (nota técnica da cota) para que Itaipu em conjunto com Fibra e Cajubi definam a metodologia de apuração da cota, bem como de perfis de investimentos.

PERGUNTA 19

Documentos de habilitação:

Considerando que as licitantes devem comprovar a sua experiência na realização de trabalhos internacionais na área previdenciária, por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com o subitem 1.1.2 do Anexo I do Edital trata da habilitação técnica;

Considerando que muitas das organizações capacitadas para a prestação dos serviços ora licitados são caracterizadas por atuarem por meio de sociedades que fazem parte de uma estrutura em rede, isto é, formada por sociedades que, ainda que financeiramente e juridicamente independentes, estão sujeitas a um mesmo compartilhamento global de conhecimento de governança e políticas corporativas, assim como identidade denominativa;

Considerando que, por atuarem sob uma mesma marca, as sociedades citadas no considerando anterior praticam políticas comerciais, de administração, de governança corporativa e de qualidade comuns, compartilham know-how e têm a prerrogativa de dividirem o quadro técnico das demais sociedades que integram a mesma rede, visando ao atendimento eficaz das necessidades dos mercados de cada uma delas;

Considerando que a licitante mesmo sendo uma sociedade jurídica independente e financeiramente, pertence a uma estrutura em rede, questiona-se: é correto o entendimento de que, para comprovação das experiências requeridas no Edital, a licitante poderá utilizar-se de atestados emitidos para outras sociedades que integrem a sua estrutura em rede, da qual a licitante faz parte, conforme definido acima, ou seja, serão aceitos atestados de trabalhos realizados pelas firmas membro da licitante, em fundos de pensão da Argentina, Chile e México, por exemplo?

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Em relação aos atestados ou certificados de qualificação técnica exigidos

cota y de los perfiles de inversiones, pedimos mayores aclaraciones sobre lo que se espera con relación a esta etapa, específicamente en lo que se refiere a la definición de la cota.

RESPUESTA

El Contratista debe presentar estudios y metodologías (nota técnica de la cuota) para que la ITAIPU en conjunto con FIBRA y CAJUBI definan la metodología de recuento de la cuota, así como de perfiles de inversiones.

PREGUNTA 19

Documentos de habilitación:

Considerando que las licitantes deben comprobar su experiencia en la realización de trabajos internacionales en el área de previsión social, mediante presentación de constancia de capacidad técnica, emitida por persona jurídica de derecho público o privado, de acuerdo con el sub-ítem 1.1.2 del Anexo I del PBC trata de la habilitación técnica;

Considerando que muchas de las organizaciones capacitadas para la prestación de los servicios licitados están caracterizadas por actuar por medio de sociedades que hacer parte de una estructura en red, de otro modo, formada por sociedades que, siendo financieramente y jurídicamente independientes, están sujetas a un mismo intercambio global de conocimiento de gobernanza y políticas corporativas, así como identidad denominativa;

Considerando que por actuar bajo una misma marca, las sociedades citadas en el considerando anterior practican políticas comerciales, de administración, de gobernanza corporativa y de calidad comunes, comparten know-how y tienen la prerrogativa de dividir el cuadro técnico de las demás sociedades que integran la misma red, buscando la atención eficaz de las necesidades de los mercados de cada una de ellas;

Considerando que la licitante aun siendo una sociedad jurídica independiente y financieramente, pertenece a una estructura en red, consultamos: está correcta la interpretación de que para comprobación de las experiencias requeridas en el PBC, la licitante podrá utilizar constancias emitidas a favor de otras sociedades que integren su estructura en red, de la cual la licitante forma parte, conforme arriba definido, o sea, serán aceptadas constancias de trabajos realizados por las firmas miembro de la licitante, en fondos de pensión de la Argentina, Chile y México, por ejemplo?

RESPUESTA

Interpretación incorrecta. Con relación a las constancias o certificados de calificación técnica

nos subitens 1.1.2, marcadores "a" a "c", 1.2.4, marcadores "a" a "c", 2.1.2, marcadores "a" a "c", 2.2.4, marcadores "a" a "c", e 3.1.2, marcadores "a" a "c", da Documentação para a Habilitação, Anexo I do CBC, os documentos deverão estar em nome da pessoa jurídica proponente ou, no caso de consórcio, em nome da(s) pessoa(s) jurídica(s) integrante(s) do consórcio proponente.

PERGUNTA 20

Qualificação Técnica:

Considerando que a alínea "c", do subitem 1.1.2 do Anexo I, do Edital determina que as licitantes devem apresentar "atestado (s) ou certificado (s) de desempenho, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou pelo menos uma das seguintes atividades: (i) consultoria de contabilidade ou (ii) consultoria macroeconômica", questiona-se: 1 É correto o entendimento de que a apresentação de atestado de capacidade técnica que demonstre que a licitante realizou serviços de avaliações atuariais para fins de contabilização, em especial, no tocante ao CPC 33 (benefícios pós-emprego) atende o requisito previsto na alínea "c", do subitem 1.1.2 do Anexo I, do Edital, qual seja de prova da experiência na realização de trabalhos de consultoria de contabilidade?

RESPOSTA

Entendimento incorreto. O cálculo atuarial é um insumo para contabilização, não comprovando, portanto, experiência contábil.

PERGUNTA 21

Cláusula 1.1.2, item d.1 do Anexo I / Documentos de Habilitação - Consta deste item exigência para que ao menos 1 (um) dos profissionais de nível sênior tenham fluência verbal e escrita nos idiomas Português e Espanhol, a ser comprovada por meio de declaração escrita. Considerando que a empresa Licitante está situada no Brasil e seus funcionários possuem fluência escrita e verbal em Português, gostaríamos de questionar se a fluência verbal em Espanhol e um conhecimento amplo e avançado na escrita do idioma Espanhol são suficientes ao cumprimento da exigência deste item.

RESPOSTA

Entendimento incorreto. O requisito previsto no subitem 1.1.2, marcador "d.1", da Documentação para a Habilitação, Anexo I do CBC, é claro ao exigir que o profissional indicado pela licitante 'deverá ter fluência verbal e escrita nos idiomas Português e Espanhol'. Deste modo, exige-se a

exigidos en los sub-ítems 1.1.2, letras "a" al "c", 1.2.4, letras "a" al "c", 2.1.2, letras "a" al "c", 2.2.4, letras "a" al "c", y 3.1.2, letras "a" al "c", de la Documentación para la Habilitación, Anexo I del PBC, los documentos deberán estar en nombre de la persona jurídica oferente o, en caso de consorcio, en nombre de la(s) persona(s) jurídica(s) integrante(s) del consorcio oferente.

PREGUNTA 20

Calificación Técnica:

Considerando que la letra "c", del sub-ítem 1.1.2 del Anexo I, del PBC determina que las licitantes deben presentar "constancia(s) o certificado(s) de desempeño, emitido(s) por personas jurídicas de derecho público o privado, comprobando que el oferente ejecutó por lo menos una de las siguientes actividades: (i) consultoría de contabilidad o (ii) consultoría macroeconómica", consultamos: Está correcta la interpretación de que la presentación de constancia de capacidad técnica que demuestre que la licitante realizó servicios de evaluaciones actuariales para fines de contabilización, en particular, en lo que se refiere al CPC 33 (beneficios post-empleo) atiende el requisito previsto en la letra "c", del sub-ítem 1.1.2 del Anexo I del PBC, la cual sea prueba de experiencia de realización de trabajos de consultoría de contabilidad?

RESPUESTA

Interpretación incorrecta. El cálculo actuarial es un insumo para contabilización, no comprobando, por lo tanto, experiencia contable.

PREGUNTA 21

Cláusula 1.1.2, letra "d.1" del Anexo I / Documentos de Habilitación - Consta en este ítem la exigencia para que al menos 1 (uno) de los profesionales de nivel sênior tenga fluidez verbal y escrita en los idiomas Portugués y Español, a ser comprobada por medio de declaración escrita. Considerando que la empresa Licitante está situada en el Brasil y sus funcionarios poseen fluidez escrita y verbal en Portugués, nos gustaría consultar si la fluidez verbal en Español y un conocimiento amplio y avanzado en lo escrito del idioma Español son suficientes para el cumplimiento de la exigencia de este ítem.

RESPUESTA

Interpretación incorrecta. El requisito previsto en el sub-ítem 1.1.2, letra "d.1" de la Documentación para la Habilitación, Anexo I del PBC, está claro al exigir que el profesional indicado por la licitante "deberá tener fluidez verbal y escrita en los idiomas Portugués y Español". De ese modo, se

fluência no idioma, não bastando o 'conhecimento amplo e avançado' para o preenchimento do requisito para a habilitação no certame.

exige la fluidez en el idioma, no siendo suficiente el "conocimiento amplio y avanzado" para el cumplimiento del requisito para la habilitación en el certamen.

PERGUNTA 22

Cláusulas 57 e 58 do Anexo IV / Minuta Contratual - Em que pese a Itaipu ser uma entidade binacional, questionamos de que forma deverão ser realizados os faturamentos pela Contratada, considerando que a empresa ou consórcio estão sediadas no Brasil. Haveria a necessidade de emitir o faturamento considerando a tributação brasileira e paraguaia, ou apenas a brasileira? Entendemos que os pagamentos serão realizados pela Itaipu e os faturamentos deverão ser emitidos de acordo com as regras e leis do Brasil, considerando que este é o país em que está sediada a empresa e/ou as empresas componentes do consórcio, ainda que parte dos serviços sejam prestados em benefício da CAJUBI. Este entendimento está correto?

PREGUNTA 22

Cláusula 57 y 58 del Anexo IV / Minuta Contractual - A pesar de que la ITAIPU sea una entidad binacional, consultamos de qué forma deberán ser realizadas las facturaciones por el Contratista, considerando que la empresa o consorcio esté localizada en el Brasil. Habría necesidad de emitir la facturación considerando la tributación brasilera y paraguaya, o sólo la brasilera? Entendemos que los pagos serán realizados por la ITAIPU y las facturaciones deberán ser emitidas de acuerdo con las reglas y leyes del Brasil, considerando que este es el país donde está establecida la empresa y/o empresas componentes del consorcio, aunque parte de los servicios sea prestada en beneficio de la CAJUBI. Esta interpretación está correcta?

RESPOSTA

Entendimento correto. A ITAIPU é beneficiária de isenção tributária tanto no Brasil como no Paraguai conforme descrito nas cláusulas 57 e 58 da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

RESPUESTA

Interpretación correcta. La ITAIPU es beneficiaria de exoneración tributaria tanto en el Brasil como en el Paraguay conforme a lo descrito en las cláusulas 57 y 58 de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC.

As peculiaridades tributárias e as obrigações acessórias devem seguir as regras específicas de cada país de acordo com a sede da CONTRATADA ou da consorciada.

Las peculiaridades tributarias y las obligaciones accesorias deber seguir las reglas específicas de cada país de acuerdo con la sede del CONTRATISTA o de la consorciada.

Desse modo, a ITAIPU esclarece que caso a CONTRATADA ou a consorciada esteja sediada no BRASIL, o faturamento seguirá as regras e leis brasileiras e o pagamento ocorrerá na moeda Real, nos termos da cláusula 20 da Minuta de Contrato, mesmo que os serviços ocorram em benefício da CAJUBI.

De ese modo, la ITAIPU aclara que en caso de que el CONTRATISTA o la consorciada esté establecida en el BRASIL, la facturación seguirá las reglas y leyes brasileiras y el pago ocurrirá en la moneda Real, en virtud de la cláusula 20 de la Minuta de Contrato, aunque los servicios ocurran en beneficio de la CAJUBI-

Da mesma forma, caso a CONTRATADA ou a consorciada esteja sediada no PARAGUAI, o faturamento seguirá as regras e leis paraguaias e o pagamento ocorrerá na moeda Guarani, nos termos da cláusula 20 da Minuta de Contrato, mesmo que os serviços ocorram em benefício da FIBRA.

Del mismo modo, en caso de que el CONTRATISTA o consorciada esté establecida en el PARAGUAY, la facturación seguirá las reglas y leyes paraguayas y el pago ocurrirá en la moneda Guaraní, en virtud de la cláusula 20 de la Minuta de Contrato, aunque los servicios ocurran en beneficio de la FIBRA.

Por fim, em caso de consórcio BINACIONAL, o faturamento e pagamento ocorrerão seguindo as leis brasileiras ou paraguaias de acordo com o país sede da consorciada nos termos da cláusula 20 da Minuta de Contrato, considerando a participação de cada sócio de acordo com o estabelecido na cláusula 14 da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

Por fin, en caso de consorcio BINACIONAL, la facturación y pago ocurrirán siguiendo las leyes brasileiras o paraguayas de acuerdo con el país sede de la consorciada en virtud de la cláusula 20 de la Minuta de Contrato, considerando la participación de cada socio de acuerdo con lo establecido en la cláusula 14 de la Minuta de Contrato, Anexo IV del PBC.

II) Em conformidade com o disposto no item 3 do Calendário de Eventos do Caderno de Bases e Condições do Pregão Presencial Binacional EF 2298A-16, a ITAIPU altera os itens relacionados a seguir:

Altera a cláusula 56, §1º conforme a seguir:

DE:
CLÁUSULA 56 [...]

§1º Na consecução deste Contrato, não poderão ser objeto de subcontratação os serviços considerados acessórios pela ITAIPU.

PARA:
CLÁUSULA 56 [...]

§1º Na consecução deste Contrato, somente poderão ser objeto de subcontratação os serviços considerados acessórios pela ITAIPU.

III) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no Caderno de Bases e Condições do Pregão Presencial Binacional EF 2298A-16.

II) De conformidad a lo dispuesto en el ítem 3 del Calendario de Eventos del Pliego de Bases y Condiciones de la Subasta a la Baja Presencial Binacional EF 2298A-16, la ITAIPU altera los ítems descriptos a continuación:

Altera la cláusula 56, §1º conforme sigue:

DE:
CLÁUSULA 56 [...]

§1º En la consecución de este Contrato, no podrán ser objeto de subcontratación los servicios considerados accesorios por ITAIPU.

PARA:
CLÁUSULA 56 [...]

§1º En la consecución de este Contrato, sólo podrán ser objeto de subcontratación los servicios considerados accesorios por la ITAIPU.

III) Permanecen inalteradas las demás condiciones contenidas en el Pliego de Bases y Condiciones de la Subasta a la Baja Presencial Binacional EF 2298A-16.

Elaboração: Grupo de Trabalho RDE-128/17
Data de emissão: 11.08.17

Elaboración: Grupo de Trabajo RDE-128/17
Fecha de emisión: 11.08.17